

## POR QUE SE FALA TANTO DO GOLPE MILITAR DE 1964 NA ATUAL CONJUNTURA?

Sônia Regina Martins

“Assim como ocorreu em 1964, mas agora por outros métodos, obter a Presidência era apenas um passo necessário e simbólico, para implantar um programa de acelerado retrocesso social.”

(A Democracia à beira do abismo. Luis Felipe Miguel. Prefácio do livro: A Verdade Vencerá. Luiz Inácio Lula da Silva)

### RESUMO

O presente artigo foi escrito no contexto do golpe de 2016 que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma, quando então, vários estudiosos, pesquisadores, intelectuais e estudantes procuravam as semelhanças com o golpe militar/civil de 1964. Nesse sentido, ele pretende contribuir com essa discussão, traçando um panorama dos contextos econômicos, políticos e sociais dos dois momentos, apontando muitas semelhanças que justificaram, do ponto de vista das classes dominantes, a interrupção de processos democráticos nas duas situações históricas. Apesar das muitas diferenças entre o golpe de 1964 e o golpe de 2016, devido ao longo período transcorrido entre um fato e outro, a essência de uma sociedade extremamente desigual constitui o ponto de continuidade entre as duas situações. Formada por uma elite concentradora de riquezas, por um capitalismo plutocrático, por uma classe trabalhadora precarizada pelos baixos salários, pelo desemprego, pelas condições de trabalho e pela iniquidade do acesso aos bens e serviços coletivos, essa sociedade preserva as mesmas características anteriores. Outro aspecto comum dos dois momentos, paira sobre o pensamento das elites dominantes o mesmo temor de que seus privilégios sejam ameaçados por uma ruptura histórica através de governos populares ou de manifestações políticas da população reivindicando transformações sociais. Quando essa ameaça chega mais perto, as elites lançam mão desse dispositivo que é desmoralização dos governos democráticos e populares e na sequência a interrupção da via política democrática e a implementação de mecanismos autoritários que impedem a emergência de outros projetos de sociedade, seja o nacional-desenvolvimentismo do período anterior ao golpe, seja o neo-desenvolvimentismo dos governos petistas.

26

**Palavras-chave:** Capitalismo, Golpe, Desenvolvimento, Estado, Elites.

### Introdução

Desde o golpe de 2016, tem se produzido uma imensa quantidade de artigos sobre a atual conjuntura que remete ao golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 com o intuito de comparar esses dois momentos históricos. Eles aparecem em vários veículos de comunicação, desde a publicação de algumas matérias na grande imprensa, passando por algumas revistas semanais e a chamada imprensa alternativa até as redes sociais e os blogs tão utilizados para assegurar a liberdade de opinião e expressão. Esta tem sido sempre

alardeada pela grande mídia, mas tão pouco praticada por ela. Seus interesses econômicos, políticos e ideológicos definem a sua posição contrária às propostas de democratização da comunicação que possam ameaçar o monopólio exercido por poucas famílias proprietárias dos principais meios de informações do país, conforme já foi demonstrado por muitos pesquisadores, militantes, etc.

O presente texto pretende contribuir para essa discussão, não sendo a sua intenção fazer uma reconstituição histórica do período militar até os dias de hoje, mas, sim, a de levantar questões que aproximam dois momentos importantes, semelhantes em muitos aspectos e diferentes em tantos outros, como em geral, é a repetição dos fatos históricos. A primeira é, justamente, qualificar de golpe o processo de impeachment contra a presidenta eleita democraticamente, conforme uma grande parcela das análises que tem afirmado, com razão, que contra ela, não há nenhum crime de responsabilidade. Portanto, esse processo não tem respaldo na Constituição de 1988, apesar das distorções e manobras feitas para legitimá-lo pelos seus principais articuladores instalados nos poderes legislativo e judiciário.

Não entraremos na discussão sobre o Período Militar, propriamente, e sobre a Nova República, mas só faremos referências na medida da necessidade, no que tange à sua herança para a compreensão do momento atual. Segundo vários estudos críticos sobre esse período no Brasil, o seu legado foi o capitalismo plutocrático, a enorme concentração de riqueza e renda, uma sociedade fraturada e deformada pelo aumento da desigualdade social entre o topo da sociedade e sua base. A herança no campo educacional, com reflexos até hoje, possui a marca do descaso pelas classes trabalhadoras e pelos abissais níveis de diferenciação social entre os pontos extremos, ao mesmo tempo, que promoveu a massificação dos padrões de consumo e da comunicação e informação.

Mesmo mostrando um certo dinamismo, historicamente, sobretudo após a década de trinta, o capitalismo brasileiro, teria a característica, entre outras especificidades, de ser dinâmico e possibilitar alguma mobilidade social, sem afetar, contudo, a desigualdade entre as classes sociais. Tais particularidades teriam sido acentuadas pelo modelo socioeconômico e político concentrador e excludente implementado pelo regime militar. Uma outra marca nociva para as várias gerações que se sucedem, desde o golpe militar, teria sido o colapso do espaço público, bloqueado pelo autoritarismo do regime militar que interditou a formação de um projeto cultural e político através do confronto entre

diversas visões de mundo e diferentes propostas de organização da vida coletiva, ou seja, de uma democracia popular e moderna.

### **Dois projetos de nação**

O período pré-64 se caracterizou por grandes mobilizações dos setores progressistas da sociedade brasileira pela realização das reformas de base. O golpe militar interrompeu esse processo, analisado por muitos intelectuais e militantes da época e que, ainda, motiva pesquisas de muitos acadêmicos e intelectuais fora da academia, como o de uma ascensão reformista que continha possibilidades transformadoras da realidade brasileira. Nesse sentido, há um reconhecimento de que aquele período estava marcado por um conflito que tendia a se intensificar entre as forças progressistas e as forças retrógradas, conservadoras e reacionárias da sociedade, ou então, entre a esquerda e a direita.

Dessa perspectiva, o golpe militar pode ser considerado o fato que banuiu violentamente a possibilidade histórica de se construir uma sociedade mais igualitária e democrática, do ponto de vista daqueles (nós) que pensam (os) que a enorme desigualdade social neste país não é um dado da natureza física, e sim, um componente histórico do capitalismo periférico, dependente e excludente, construído ao longo de sua existência pelas elites dominantes. E que a superação das extremas desigualdades é a principal prioridade de um autêntico projeto republicano de nação.

No entanto, desde os anos cinquenta, esse fato estava sendo construído pela ótica do capitalismo dos vencedores em 1964, cujos principais agentes foram, genericamente, o grande capital internacional e nacional privado e estatal, a elite das Forças Armadas do Brasil, formada pela Escola Superior de Guerra, os partidos políticos representativos dos interesses dominantes, com destaque para a UDN, cuja maior expressão era Carlos Lacerda, no jornal A Tribuna da Imprensa, empreendendo uma grande campanha contra o nacionalismo e o trabalhismo de Getúlio Vargas, sendo este, um dos fatores do seu suicídio, em 1954.

O processo que culminou no golpe militar de 1964 pode ser caracterizado por conflitos entre duas grandes vertentes, pautadas por muitas diferenças políticas, ideológicas e teóricas no interior de cada uma delas, mas que foram esboçando dois caminhos distintos, nem sempre nítidos, para a sociedade brasileira. Para alguns intelectuais, se tratavam de dois projetos de sociedade, em torno da questão do

desenvolvimento de um país subdesenvolvido economicamente, atrasado culturalmente, com alto índice de analfabetismo da população, mas que estava se industrializando e se modernizando rapidamente, provocando intensas migrações internas e trazendo novas necessidades e demandas ao Estado.

Em 1941, um escritor austríaco, Stefan Zweig, refugiou-se no Brasil para escapar da perseguição nazista e publicou um livro intitulado: Brasil, país do futuro, ele foi escrito numa perspectiva ufanista e cordial, em oposição aos tempos difíceis vividos então na Europa civilizada. A questão que se colocava, então, tanto para intelectuais, como para dirigentes de partidos políticos, governantes e, também, para expressivas parcelas da população, era a de compreender os entraves que impediam o país de estar no mesmo patamar dos industrializados e desenvolvidos e, conseqüentemente, buscar os meios de superação dos obstáculos ao pleno desenvolvimento do país. Era o sentimento de se viver num país com grande potencial de progresso, realizações e pleno de possibilidades de futuro, mas com muitos problemas que deveriam ser compreendidos e debelados. Mas, afinal, quais eram os problemas fundamentais que impediam o processo, que se acreditava, estaria latente na transição de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido?

As respostas eram muitas e dividiam os cientistas sociais e economistas no ponto fundamental que concernia, justamente, aos diferentes caminhos do progresso econômico e social. É importante ressaltar que, nesse momento histórico, a Ciência Econômica adquiria grande prestígio e poder na explicação das estruturas da sociedade e na escolha de ministros. As duas propostas foram se delineando no processo de luta, sendo que uma delas, apostava na possibilidade do desenvolvimento nacional, autossustentado e, cada vez, menos dependente do capital estrangeiro, concomitantemente, à construção de uma sociedade democrática, com maior distribuição de renda, mais direitos aos trabalhadores e maior participação política da população. Em torno dela, se aglutinavam sindicatos, partidos de esquerda, correntes nacionalistas e intelectuais, alguns de grande expressão e projeção internacional, como Celso Furtado.

A importância desse economista no período que antecedeu ao golpe militar é reconhecida por sua obra, inspirada nas teses da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instalada no Chile em 1949, da qual, Furtado fez parte até 1957. Celso Furtado trouxe uma grande contribuição para o pensamento econômico e social da América Latina, ao privilegiar o conceito de subdesenvolvimento na explicação

das especificidades do capitalismo dos países de economia subsidiária calcada na tradição do sistema colonial. Esses países viveriam contradições entre as estruturas modernas do capitalismo que se desenvolvia e estruturas arcaicas de um modelo agroexportador.

Segundo Chico de Oliveira (Brasil: Uma Biografia não autorizada. Ed.Boitempo, 2018), diferentemente da Teoria da Modernização, que pensa o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento, de acordo com uma concepção linear, a Cepal e, especialmente, Celso Furtado acreditava na possibilidade de romper essa condição, fazendo com que a periferia atingisse graus de industrialização como o centro, superando, assim, a condição de dependência. Para atingir tal objetivo, Celso Furtado considerava relevante o protagonismo do Estado e sua capacidade de planejamento, contando com a participação de técnicos e intelectuais, de acordo com a perspectiva keynesiana de reformar e humanizar o capitalismo.

Havia um certo dualismo subjacente à grande parcela da literatura econômica e política à respeito de pares de conceitos opostos e complementares na explicação da realidade brasileira e latino-americana, como: nacionalismo/internacionalismo, subdesenvolvimento/desenvolvimento, atrasado/moderno, nação/imperialismo, etc. O contexto favorecia as análises dualistas, devido às características históricas da época, em correspondência com a visão de mundo generalizada e do senso-comum que se formava num mundo bipolar, marcado pela guerra fria e a oposição entre capitalismo e socialismo.

A outra vertente defendia a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país, que se faria de maneira associada com o empresariado nacional, com a participação do Estado e tinha como preocupação eliminar os fatores de atraso, quase sempre associados às classes mais pobres e subalternas, tanto material como intelectualmente. Nesse caso, há uma forte propensão de atribuir as responsabilidades do atraso àqueles que viviam a condição social mais desfavorecida.

Características como a ignorância, a baixa qualificação da força de trabalho, a pouca inclinação para o trabalho e disciplina, eram bastante utilizadas para explicar as causas do atraso da sociedade brasileira que trilhava no caminho da modernidade periférica. Essa visão preconceituosa da elite sobre o povo brasileiro sempre esteve incrustada nos discursos da classe média, imbuída dos valores de ascensão social, se possível, até o topo da sociedade, como se fosse um caminho natural daqueles que possuem méritos pessoais.

No âmbito educacional defendiam a necessidade da formação técnica e maior qualificação dos trabalhadores para se tornarem mais produtivos na indústria em crescimento e a formação dos níveis superiores de competência dos profissionais que tinham a função de dirigentes. Portanto, pensavam a escola na função de reprodução social, defendiam o ensino privado e o direito das famílias na educação de seus filhos em oposição à ingerência do Estado na dimensão da vida privada. Em torno dela, se aglutinavam partidos políticos, sendo a UDN, o mais representativo dessa linha, empresários nacionais e internacionais, a cúpula da Igreja Católica e parcelas da classe média que participavam das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

### **Ideário progressista em construção**

No entanto, não é possível reduzir o conflito de 1964 a um choque entre a esquerda e a direita, conforme nos alertou Leandro Konder (Konder Leandro. Vaca Fardada, Margem Esquerda, n. 3, Ed. Boitempo, 2004). Pois, segundo o autor, as diferenças e divergências no interior de cada um desses campos eram muito intensas e significativas. Porém, é possível justificar essa antinomia que, segundo o autor, apesar de todas as heterogeneidades, de um lado e de outro, havia uma disposição de transformação social profunda entre uma tendência em contraposição à outra, cuja preocupação precípua era a manutenção da ordem constituída e o receio de que o direito à propriedade fosse ameaçado por uma revolução comunista.

No período histórico compreendido desde os anos 30 até o golpe militar de 64, caracterizado pelo desenvolvimentismo, pelo populismo e pelo nacionalismo que perpassaram os governos de Getúlio Vargas, sobretudo o segundo, o governo Kubitschek, o breve governo Jânio Quadros, até o último presidente civil João Goulart, deposto pelos militares, se desenvolveu um amplo ideário reconhecido como progressista e várias experiências políticas de trabalhadores, estudantes, setores da classe média, em contraposição aos interesses e privilégios das elites dominantes no âmbito do capitalismo concentrador e excludente.

Tal ideário abrangia a luta pela reforma agrária para quebrar o monopólio da terra, ataque à miséria rural, evitando as migrações em massa, que pressionavam os salários urbanos para baixo, a criação de uma escola pública, acessível a todas as pessoas e republicana que preparasse cidadãos para a democracia, aumento dos salários dos trabalhadores e ampliação dos direitos sociais, controle do poder econômico privado,

representado pelo capital multinacional, controle público dos meios de comunicação de massas, maior participação política da sociedade nas decisões econômicas, políticas, culturais, etc. É importante ressaltar que a maior parte dessas reivindicações estão na pauta dos movimentos sociais, atualmente. Isso demonstra que as grandes questões estruturais da sociedade brasileira não foram enfrentadas pelos diversos governos que ocuparam o poder do Estado, desde a deposição de Jango.

Assim, as tradicionais reivindicações do MST, pela reforma agrária, do MTST, pela reforma urbana, por moradias para a população sem teto, as lutas de Professores por melhores salários e condições de trabalho, as lutas dos Movimentos Sindicais por salários, contra a terceirização, por mais direitos trabalhistas, somam com novos movimentos sociais, como MPL, contra o aumento das tarifas, o Movimento de Mulheres, por direitos iguais, o movimento LGBT, pelo reconhecimento das diferenças, o Movimento Negro, contra a discriminação racial, e outros tantos movimentos de periferia e outras reivindicações que tem no seu horizonte a luta por direitos iguais e pela cidadania.

No período pré-64, também, se abre um canal rico de participação de setores da classe média intelectualizada na vida política e cultural, através do Movimento Estudantil, da Universidade, dos Grupos Culturais e Organizações de Educação de Base, em parceria com setores progressistas da Igreja Católica, momento no qual, os intelectuais de esquerda questionam o seu lugar na sociedade e buscam, com grande empenho teórico e prático o seu compromisso histórico com as classes populares, como, por exemplo, nos Movimentos e nos Centros de Cultura Popular.

É importante ressaltar que um espaço público vinha sendo construído pela participação crescente da sociedade na vida política e cultural, criando vias que favoreciam a emergência de uma consciência, por parte da população em geral, de que a sociedade brasileira não era harmoniosa, homogênea, pacífica e cordata, conforme muitas representações elaboradas sobre o caráter do “povo brasileiro”, pouco afeito aos conflitos. Pois, naquele momento, havia se instalado uma cisão que, embora, nem sempre fosse nítida, ela indicava, também, valores diferentes em disputa, em torno da questão do desenvolvimento, mas, também de valores sociais, ou seja, em qual sociedade queríamos viver.

Há um estreitamento da relação entre intelectuais, através de suas práticas culturais, políticas e artísticas e o povo excluído do acesso ao conhecimento erudito e engajado que permite a crítica às mazelas sociais que caracterizam o capitalismo, a

periferia, o subdesenvolvimento, a desigualdade entre as classes sociais, etc. Segundo Roberto Schwarz, autor que analisou magistralmente a cultura e a política desse período, o clima pré-revolucionário, tornava o país “irreconhecivelmente inteligente”. (Cultura e Política, 1964 – 1969, in O Pai de Família e outros Estudos, ed. Paz e Terra, 1978). “Inteligência” esta, que envolve a luta pela cidadania e que tem dado novos sinais de emergência na atual conjuntura, através da participação da juventude nas questões políticas e culturais do país.

Nesse sentido, valeria mencionar as experiências do teatro e do cinema de vanguarda. O teatro de Arena, em São Paulo, começou a atuar em 1953, com grupos de jovens comprometidos em desvendar a realidade brasileira ao público, através de um trabalho realista, e assim foi encenada a peça: Eles não usam Black Tie, em 1958, de Gianfrancesco Guarnieri sobre o cotidiano dos trabalhadores nas fábricas. Outros grupos teatrais, como o Oficina e o Opinião foram na senda do Arena, com a atenção voltada para as experiências de vida do povo brasileiro. Este é, cada vez mais, objeto de análises e discussões por parte de intelectuais e artistas.

Essa preocupação com o povo, também, abriu um fértil terreno no cinema brasileiro que, buscando novos temas e nova linguagem, diferentes da tradição estética dos filmes de Hollywood e das comédias populares, conhecidas como chanchadas, começou a levar para os filmes, a realidade do Brasil pobre, periférico, excluído, negro e subdesenvolvido. A grande inovação no cinema foi feita por uma geração de cineastas que tinha Glauber Rocha, Joaquim Pedro, Eduardo Scorel, Eduardo Coutinho, Cacá Diegues e o predecessor de todos Nelson Pereira dos Santos. Um exemplo pioneiro foi o seu filme intitulado: Rio, 40 graus, projetando na tela, em 1955, a condição de vida na favela.

Este filme se tornou referência para essa geração de cineastas que se lançou no final dos anos 1950: o Cinema Novo. Seus objetivos eram bastante ambiciosos, pois pretendiam: modificar a história do cinema no Brasil, modificar o Brasil, se sobrasse tempo, modificar o mundo também, expressando, assim, o “espírito de uma época.” O Cinema Novo, através de uma linguagem inovadora, trazia a intenção política de conscientizar e intervir na realidade, sua principal liderança foi Glauber Rocha, mas toda uma geração de cineastas brilhantes também se destacou na história do cinema brasileiro, produzindo grandes clássicos.

### **As esquerdas e as classes trabalhadoras**

A luta de classes ocorria de diversas maneiras nas grandes cidades, através da formação de uma classe trabalhadora que reivindicava direitos e se organizava nos sindicatos e em alguns partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista e outros pequenos e clandestinos do âmbito da esquerda. No campo, cuja principal marca, sempre foi a enorme concentração da propriedade fundiária, a existência de uma classe trabalhadora rural empobrecida e crescentemente combativa, reivindicando a repartição das terras, se organizava em torno das Ligas Camponesas.

O movimento grevista dos operários se intensificava e duas grandes greves nacionais foram deflagradas. Foi criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), em 1962, cujo objetivo era coordenar as ações sindicais, tornando-se um dos protagonistas das lutas dos trabalhadores. Seus antecedentes históricos foram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ambos com forte influência do Partido Comunista.

No Nordeste, as Ligas Camponesas, criadas por Francisco Julião mobilizavam os camponeses e uma greve de duzentos mil cortadores de cana em Pernambuco e na Paraíba, após três dias de duração foi vitoriosa, acentuando o “grande medo” dos latifundiários e usineiros. O Brasil se modernizava em meio ao arcaísmo das suas estruturas econômicas, políticas e sociais que traziam a tradição escravocrata das classes dominantes, o patrimonialismo, nas relações entre o espaço público e o privado, o patriarcalismo nas relações de trabalho e familiares e o desprezo das elites pelo povo.

Tais características conferiram o caráter de modernização conservadora às mudanças que ocorrem, desde então, nos vários setores da sociedade através das políticas públicas, que visam adequar o capitalismo periférico às necessárias inovações no processo de acumulação do capital no âmbito da divisão internacional do trabalho, mantendo as mesmas relações de dependência e as mesmas estruturas internas. Esse processo vem se desenvolvendo desde que o Brasil iniciou sua industrialização, contrariando a ideologia da “vocação agrária” que predominou na mentalidade da popula o e nas políticas dos governos até o fim da Primeira República.

No imediato pr -64, a crise se agravava e as massas se mobilizavam em torno da realiza o das reformas de base, com ênfase na reforma agrária de grande apelo nacionalista, ao mesmo tempo, enfatizavam a participa o da classe trabalhadora na vida política. Diante do recrudescimento das reivindica es, o campo da direita foi se

convencendo da necessidade de uma intervenção militar que, embora pudesse ser condenável, para muitos civis que a apoiaram e tinham algum brio democrático dentro da tradição liberal periférica, se afigurava como a única solução para a superação dos problemas que assolavam a sociedade brasileira. Assim ela foi se tornando e criando justificativas para o golpe: a corrupção, a inflação e a ameaça comunista.

Esta, sempre identificada com a luta pela igualdade social, também buscava conquistar espaço de participação e organização da classe trabalhadora, através de suas estratégias e táticas que diferenciavam os inúmeros grupos dissidentes do Partido Comunista. Estas dissidências eram, quase sempre, motivadas pela crítica à política “etapista” que o Partido trilhava, de acordo com a concepção, bastante controversa da III Internacional Comunista, de que o Brasil deveria passar pela revolução democrático-burguesa, cuja principal tarefa era a luta contra o imperialismo e contra a estrutura latifundiária, antes de almejar o socialismo.

O contexto internacional favorecia a formação de várias tendências no campo da esquerda, devido, entre outros vários fatores históricos: às denúncias de Krushchev aos crimes de genocídio cometidos por Josef Stálin, a crítica ao “culto à personalidade”, iniciada na ex – URSS, pela direção do Partido Comunista, a Revolução Chinesa, em 1949, que seguia orientações diferentes da linha soviética. A Revolução Cubana, em 1959, exerceu, também, grande influência no pensamento e prática de esquerda na América Latina, contribuindo para a radicalidade dos movimentos e formação de grupos que defendiam métodos de luta mais incisivos de enfrentamento ao capitalismo.

As divergências dentro do campo de esquerda se caracterizavam por diferentes interpretações do momento histórico vivido no período pré-64 e da natureza da revolução brasileira em curso que fundamentava projetos, estratégias e táticas diversos. Esse debate clássico, tão fundamental até os dias atuais, sobre Reforma ou Revolução, consiste do título de uma obra de Rosa de Luxemburgo. O tema da revolução era objeto de estudos, discussões e debates entre intelectuais acadêmicos e militantes das várias facções de esquerda. Esta se fragmentou em várias correntes que divergiam entre si nessa questão crucial, que tem sido resgatada e atualizada, por intelectuais de antigas e novas gerações, atualmente.

Esse período, analisado por alguns, sobretudo pelo Partido Comunista, na época, como estando em curso a Revolução Democrático-Burguesa, afirmava o protagonismo da burguesia nacional, enquanto que para tantos outros, esta era inviável num país

periférico, com a marca da dependência em relação ao capitalismo internacional que o caracterizava. Assim, vários intelectuais de esquerda apostavam numa vertente mais radical, que indicava a superação do próprio capitalismo, principalmente, a vertente socialista da Teoria da Dependência, que acreditava na possibilidade de implantar o socialismo na América Latina. E muitos socialistas e comunistas, desta e de outras linhagens, de tendência marxista, responsabilizaram o próprio Partido Comunista pela derrota vivida pelos setores progressistas em 1964.

O amplo ideário progressista e favorável às reformas de base poderia fornecer subsídios políticos e ideológicos, tanto para a formação de uma sociedade do Bem-Estar, como também, para as propostas socialistas, diante do reconhecimento de muitos grupos de esquerda de que as reivindicações trazidas pelos movimentos populares não se realizariam nos marcos do capitalismo. Nesse caso, vale lembrar a presença de três livros escritos antes do golpe de 64 que, influenciados pela experiência cubana, contestavam a tese ortodoxa do Partido Comunista a respeito do caráter anti-imperialista e anti-feudal da Revolução Brasileira. São eles: *Perspectivas da Revolução Brasileira*, de Marcos Peri; *O Caminho da Revolução Brasileira*, de Moniz Bandeira; *Quem dará o golpe no Brasil*, de Wanderley Guilherme dos Santos.

### **Desenvolvimento associado e dependente**

Enquanto isso, outros se renderam às possibilidades de um desenvolvimento econômico associado aos interesses das multinacionais que aqui se instalavam com o intuito de obterem lucros exorbitantes numa situação favorecida pelas condições salariais e sindicais da classe operária brasileira. Assim, numa outra vertente, também identificada com a Teoria da Dependência, os intelectuais que elaboraram a crítica à Teoria do Desenvolvimento, devido aos seus pressupostos nacionalistas e distributivistas, acreditavam na possibilidade de ocorrer um desenvolvimento econômico, porém, limitado pela condição de dependência dos países periféricos em relação aos desenvolvidos, cujas relações determinadas pela acumulação de capital internacional em associação com o capital nacional, inviabilizava o projeto nacionalista. Portanto, sua proposta era a de um desenvolvimento dentro das possibilidades da própria dependência e associado ao capital estrangeiro, cujo resultado, teria sido uma inserção subordinada. Um dos principais intelectuais representativos dessa vertente foi Fernando Henrique Cardoso que escreveu livros, em meados da década de sessenta, com o chileno Enzo

Faletto, que se tornaram clássicos na história do pensamento político e social da América latina.

Do lado da direita, a radicalização das forças reacionárias relacionadas aos interesses do grande capital internacional e nacional esteve presente em várias ocasiões: em 1954, ocorreu o ataque a Getúlio Vargas resultando no seu suicídio e, segundo muitos autores sobre o período, retardou o golpe que se preparava para acontecer naquela ocasião. Em 1955, houve a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República por conta de seu vice, João Goulart, mostrando determinação de impedir a entrada deste no poder. Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, mais uma vez, diante da possibilidade de Jango assumir, respaldado na Constituição de 1946, os militares tentaram impedi-lo, pois, Jango representava um legado nacionalista e trabalhista.

A renúncia de Jânio Quadros foi um novo desafio que Jango teve que enfrentar com as correntes do golpismo, que se recusou a lhe dar posse através da decisão da cúpula militar. As ameaças à democracia liberal que se construía com dificuldades, tinham sua origem nos interesses políticos e econômicos de grandes corporações econômicas e dos militares formados e influenciados pela geopolítica norte-americana, que atrelava a América do Sul à sua dominação imperialista, através, da Doutrina de Segurança Nacional, preconizada pela Escola Superior de Guerra.

A empreitada contra o que Jango simbolizava mobilizava recursos materiais de grande monta e um esforço ideológico proativo com o objetivo propagandístico da grande imprensa, sempre comprometida com as ideologias que buscam argumentos que justifiquem a permanência das estruturas que sustentam a desigualdade entre as classes sociais e a perpetuação das elites no poder. Quando ministro do Trabalho do segundo governo de Getúlio Vargas, João Goulart propôs um aumento de 100% no salário mínimo, provocando a ira do patronato do campo e da cidade. Foi escolhido vice-presidente por Juscelino devido ao seu simbolismo na defesa da legalidade democrática, que garantiu ao longo desse governo.

O governo de Juscelino Kubitschek acelerou intensamente o processo de industrialização, favorecendo a penetração do capital estrangeiro, pondo em prática o modelo associado de industrialização. No entanto, no processo dialético da história, a grande urbanização provocada pelo desenvolvimento e as contradições do capitalismo, também, facilitaram o aumento da organização sindical, se constituindo, assim, numa das

forças políticas de pressão pela realização das reformas de base, de caráter nacionalista. Diante dessa ameaça aos interesses imperialistas, houve uma adesão por parte de políticos, intelectuais e militares, somando-se à burguesia, supostamente nacional, ao modelo Associado e Dependente.

Quanto à “burguesia nacional”, ela teria assistido “passivamente” ao desenrolar dos acontecimentos, apoiando a queda de Jango e não cumprindo a tarefa histórica das burguesias dos países do capitalismo central. A despeito do caráter a ela imputado, como já foi mencionado, pelo próprio Partido Comunista, de distributiva e nacionalista, ela contrariou tais expectativas e contribuiu para afirmar a condição de parceiro do Estado Brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais.

Os articuladores do Modelo Associado e Dependente tinham como preocupação eliminar a possibilidade da tomada de poder pela esquerda, impedir o crescimento dos grupos nacionalistas e promover a reintegração do Brasil nos quadros do capitalismo internacional, com o reconhecimento dos Estados Unidos como potência hegemônica. Tais objetivos seriam conseguidos a partir do golpe e a implantação de um regime autoritário capaz de promover a modernização por meio de uma crescente penetração do capital estrangeiro, do alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos e a eliminação dos conflitos e tensões de classe, através da repressão policial/militar. Para isso, era fundamental a militarização da política e a liquidação da democracia liberal.

### **Golpe e não Revolução de 64**

Assim como os articuladores e envolvidos com o golpe atual negam que o processo forjado, por eles, e conduzido ao impeachment da presidente, seja um golpe, os militares também negaram que sua façanha golpista, em 1964, fosse isso, e a chamavam de “Revolução de 64”. A apropriação do termo revolução tem vários significados e já foi objeto de outras análises. Vamos mencionar alguns: o termo revolução tinha na época um apelo grande e exercia atração sobre uma juventude que questionava, não só a política, mas, também, valores sociais e culturais tradicionais, tais como, a família e suas regras morais e comportamentais, o poder repressivo das instituições, entre às quais, se destacava a escola e sua hierarquia, os valores e padrões que envolviam a indústria cultural, entre outros. Ao se apropriar do termo revolução, os golpistas de 64, tentaram descaracterizá-lo desse contexto que o identificava com mudanças e transformações profundas na realidade brasileira.

Uma outra interpretação, a dos próprios militares, é a da purificação da democracia. A direita tomou o poder com a tese de que só a revolução poderia salvar a democracia brasileira ameaçada pela corrupção e pela intenção da revolução comunista. Nesse sentido, a “revolução de 64” seria a redenção da sociedade brasileira, moralizando as instituições políticas, garantindo a segurança da nação e promovendo o desenvolvimento econômico. O novo regime começou a mudar as instituições do país, através de decretos determinados pelo poder executivo e aprovados, sempre, pelo poder legislativo que mantinha uma aparência de legalidade ao permitir a existência dos dois partidos, supostamente, o da situação e o da oposição, respectivamente, ARENA e MDB.

A preocupação de conferir legitimidade ao golpe estava no esforço e nas manobras para buscar enquadrar seus atos dentro de um arcabouço jurídico forjado pelo arbítrio para justificar o regime de exceção que violentava a democracia em construção, no período anterior. Assim, o termo revolução foi distorcido ao ser sequestrado de um campo de referências para outro com o intuito de atribuir legitimidade ao sistema, enquanto, institucionalizava-se a repressão. Essa mesma preocupação de buscar argumentos dentro das leis, no caso atual, na Constituição de 1988, percebe-se nos articuladores do impeachment da presidenta e, neste momento, tentando sequestrar e distorcer o termo democracia.

Pois, este pressupõe, necessariamente, o conflito, considerando que a sociedade não é homogênea, o pensamento único só é possível através do autoritarismo, tenha ele a forma que tiver, o seu conteúdo é determinado pelos interesses dominantes em detrimento do debate e da participação de amplos grupos sociais. As tentativas de anular os conflitos na sociedade e nas instituições, na busca de consensos, caminham em sentido contrário ao da construção da democracia, pois, esta não prescinde das diferenças, da heterogeneidade e da pluralidade política e cultural. Há uma disputa em torno do conceito de democracia, que se torna bastante perceptível no momento atual. Em torno dele, se verificam correntes em disputa pelo poder, cada uma reivindicando para si a autenticidade jurídica de sua interpretação da Constituição de 1988.

Para a esquerda, a democracia está relacionada, também, às condições materiais de existência e, portanto, às questões sociais, a luta pelos direitos sociais e pela igualdade está no seu horizonte. Para o pensamento liberal clássico, o conceito de democracia está calcado numa noção de indivíduo racional, capaz de fazer escolhas que lhe conferem méritos ou deméritos. Defendem a democracia representativa, na qual, todos teriam o

direito ao voto, devido à necessidade de legitimar o poder pelo consentimento dos governados.

O neoliberalismo atual tem demonstrado uma difícil tendência de conviver com a democracia. Várias análises têm procurado mostrar a penetração dos valores de mercado no campo da política, dificultando a formação dos processos coletivos de decisão, fragilizando a dimensão pública da sociedade. Nesse caso, os valores individualistas do mercado estariam se sobrepondo aos valores políticos/coletivos de cidadania, desresponsabilizando as pessoas das obrigações de participação política como dever da convivência em sociedade. (Streeck, Wolfgang. O cidadão como consumidor, Revista Piauí, n. 79, abril de 2013). O neoliberalismo se caracteriza por sua política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral, ou seja, constitui um ataque ao Estado do Bem-Estar Social que, ainda resiste em muitos países, bem como às tentativas, mesmo que frágeis de construir o arremedo desse regime nos países periféricos.

A essência das mudanças trabalhistas em curso implementadas pelo governo golpista e ilegítimo se refere à afirmação do negociado sobre o legislado, à flexibilização da jornada de trabalho, à introdução de novas modalidades de contratação, por exemplo, o trabalho intermitente, e a ameaça à garantia de gratuidade do processo trabalhista. Assim, as modificações introduzidas pela lei n.13467/17 constitui um ataque ao polo protetivo trabalhista e sinalizam para uma maior concentração da renda com a compressão dos salários e aumento das desigualdades sociais. A consequência será a contenção do consumo das famílias trabalhadoras, desestimulando o investimento privado, ou seja, na contramão da política econômica, de inspiração keynesiana do período Lula. Os efeitos serão deletérios para aqueles que dependem fundamentalmente do consumo popular, inclusive o enorme setor informal da economia.

Os técnicos da Organização Internacional do Trabalho que estudam o impacto recente das reformas trabalhistas em vários países têm observado não uma queda do desemprego, contrariando os defensores do atual modelo de acumulação de capitais, mas um aumento do subemprego, com consequências negativas sobre o nível dos rendimentos do trabalho. As reformas neoliberais têm sido acompanhadas por um aumento da pobreza e das desigualdades sociais no mundo todo e uma intensificação dos níveis de violência social.

### **Existem semelhanças entre os dois momentos?**

Em meio aos intensos conflitos ideológicos, parecia que o país pendia para a esquerda e o presidente da República, também. São vários os fatos que corroboram essa interpretação do governo Goulart: tomou providências para a decisiva implantação da Eletrobrás, uma herança inconclusa de Getúlio Vargas, concedeu aumento de 100% do salário mínimo, repetindo o governo Vargas, preparava as condições para a lei de remessas de lucros, e para aprovar no Congresso medidas que favorecessem as reformas de base. No campo da educação, vários avanços foram conquistados com Darcy Ribeiro implantando a Universidade de Brasília, voltada para a produção de conhecimentos libertários, entre outras propostas progressistas. No dia 13 de março de 1964, Jango deu sua cartada final no Comício da Central para lançar as reformas de base.

As reformas estruturais envolviam vários setores da sociedade e tinham a clara intenção de atender às demandas das classes mais pobres e trabalhadoras, numa perspectiva distributivista e nacionalista, sinalizando para a diminuição das desigualdades sociais, da promoção da cidadania e da democracia. No âmbito da educação havia intenso incentivo e investimento na escola pública, sendo-lhe destinados 15% dos lucros nacionais. A reforma tributária seria de caráter progressivo, no sentido de que os impostos seriam proporcionais aos lucros. A reforma urbana também contemplaria as necessidades dos despossuídos, através da venda de imóveis excedentes ao governo a preços baixos que os destinariam aos sem-tetos. A reforma agrária afetaria os interesses dos grandes latifundiários, cuja propriedade possuísse mais de 600 hectares, seria objeto da repartição das terras. A instituição do sufrágio universal, através do direito de voto aos analfabetos. E a lei de remessa dos lucros, impondo limites rígidos para o seu envio ao exterior, pois, estes deveriam ser reinvestidos no Brasil, numa clara oposição aos interesses das multinacionais.

Em 1964, as ações se radicalizaram de parte a parte, terminando com o grande confronto entre manifestações – o comício da Central em 13 de março de 1964, quando Jango mobilizou uma imensa massa imbuída de espírito combativo e fez as propostas concretas abominadas pela direita. Existem muitas especulações e teses a respeito da ausência de reação ao golpe, por parte de João Goulart, quando parcelas expressivas do Exército estariam ao lado do presidente. Sobre este ponto, as razões estariam na informação que só veio a público no fim dos anos 1990, quanto à decisão do governo norte-americano de apoiar os golpistas na área diplomática e na área logística e militar.

Atualmente, é de conhecimento público que uma frota com armamentos e marines já estaria a caminho da costa brasileira para intervir diretamente no conflito que viesse a se instalar. Forneceria armas e tropas de apoio aos governadores golpistas, ao mesmo tempo que a Casa Branca reconheceria um governo paralelo formado por ele.

O momento histórico em que ocorreu o golpe militar, que vinha sendo planejado desde o segundo Governo Getúlio Vargas, traz algumas questões para refletirmos sobre a presente conjuntura, considerando as diferenças entre os atores envolvidos, em relação à própria natureza do golpe e, principalmente, das características históricas de um momento e de outro, das questões políticas e ideológicas explícitas e implícitas nas ações das instituições representativas dos poderes republicanos e de seus agentes. E, principalmente, do processo de acumulação capitalista, das relações entre os países, considerando as mudanças ocorridas no âmbito do imperialismo, no quadro de uma intensa mundialização do capital e de valores próprios da sociedade de consumo.

### **Perspectivas atuais**

Na comparação entre o período pré-64 e o momento atual, constatamos a oposição entre dois campos políticos e ideológicos que vem se manifestando no espaço público, seja nas grandes manifestações de rua, seja em manifestações mais localizadas em espaços menores, seja na imprensa, seja nos debates acalorados entre as pessoas no cotidiano, seja nas análises de intelectuais, seja nas redes sociais e seja nos fóruns de decisões, como nos poderes legislativo e judiciário. Novamente, duas grandes correntes parecem se contrapor no que se refere às suas propostas de gerir ou superar a crise que marca a sociedade brasileira, atualmente. Nesse sentido, são muitas as análises que se pautam pela afirmação de dois campos em disputa.

Atualmente, os setores mais progressistas da sociedade brasileira lutam pela legalidade do Estado de Direito, pela frágil democracia em construção, pelas pequenas conquistas no mundo do trabalho, diante do tamanho das desigualdades sociais e das necessidades da classe trabalhadora. Estas foram contempladas minimamente pelos programas sociais dos governos petistas, que se tornaram alvo dos ataques das forças econômicas e políticas que se aglutinam em torno do projeto de retrocesso conservador e reacionário dos setores golpistas que promoveram o impeachment da presidenta Dilma. Estes se valem de manobras jurídicas, das posições antirrepublicanas e antidemocráticas de um poder legislativo corrupto e da grande mídia, sempre comprometida com a defesa

de seus poderosos interesses econômicos e do monopólio ideológico das informações. Sua influência nefasta na mentalidade, nos valores políticos e culturais da população já foram ressaltados em vários estudos sobre essa questão.

A luta contra o golpismo de direita tem sido o ponto de convergência dos setores de esquerda, mesmo com suas divergências ideológicas, que se refletem nas concepções a respeito das políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores. Muitas delas consideram que as políticas sociais do PT constituem um ponto de inflexão e um grande avanço em relação às políticas neoliberais que predominavam no período anterior e, diante das críticas sobre o caráter tímido de suas propostas e da política de alianças de classes, os defensores argumentam a partir do princípio do realismo político e do pragmatismo, que se assim não fosse, o PT não chegaria a ser governo. Outros grupos de intelectuais, de movimentos sociais e partidos de esquerda pensam que os avanços empreendidos pelo Partido dos Trabalhadores foram pífios diante das necessidades estruturais da sociedade brasileira e que ele teria aberto mão de princípios históricos em troca de um projeto de poder.

Num artigo recente, Jessé Souza (Souza, Jessé. Quem deu o Golpe e contra quem? Folha de S. Paulo, 24/04/2016) afirma que desde os anos trinta, a história do Brasil oscila num movimento pendular, de um lado, uma elite do dinheiro ou da rapina, que tem suas origens no Brasil escravocrata e, no outro polo, um projeto que pensa na construção de um país grande para a maioria da população. Assim, para ele, o conflito entre o projeto desenvolvimentista e a elite saqueadora das riquezas nacionais vem atravessando várias gerações de brasileiros. Em 2002, o governo eleito tentou, mais uma vez, implementar propostas de apoio à indústria nacional e a ascensão de setores populares via a valorização real do salário mínimo e outras tantas políticas sociais já mencionadas.

Segundo o autor, recentemente, a elite do dinheiro e a classe média incomodada com a presença dos pobres nos locais que antes não eram partilhados com eles, estabeleceram uma coalizão contra o projeto inclusivo e desenvolvimentista da esquerda. Essa aliança conta com um novo parceiro importante no processo do impeachment em curso: o aparato jurídico-policial do Estado que passou por mudanças expressivas desde a Constituição de 1988, com os altos salários dos profissionais dessas corporações e a aquisição de privilégios os transformaram numa “casta jurídica” que, contando com a “seletividade midiática”, tendem à criminalização da esquerda. De acordo com o autor, novamente, o Brasil estaria cindido entre dois projetos econômicos e sociais que o

dividem entre a esquerda e a direita. Assim como ele, tantos outros intelectuais tem enfatizado essa divisão da sociedade brasileira, na atualidade, mesmo que não concordem sobre outros pontos da conjuntura.

Na mesma linha, o cientista político, André Singer, também analisa o processo de impeachment da presidenta Dilma como uma grande ofensiva do grande capital e seus aliados contra os governos populares do PT, mesmo admitindo que estes não sejam socialistas, o autor afirma o seu caráter desenvolvimentista e inclusivo, tal qual o segundo governo Vargas. André Singer defende a ideia de que os golpistas pretendem criminalizar o conjunto de alternativas populares e tirá-la de cena, talvez, por muito tempo. Ele compara o momento atual com o contexto de 1954, quando a pressão dos golpistas, teria levado ao suicídio de Getúlio Vargas. (Singer, André. Domingo viveremos um episódio maior da luta de classes no Brasil, Rede Brasil Atual, 14/04/2016).

Na comparação entre os dois momentos, o sociólogo Laymert Garcia dos Santos interpreta a conjuntura atual como regressiva ao compará-la com o momento de instituição do AI-5, pelo regime militar em 1968. O autor coloca três pontos essenciais para se compreender a atual conjuntura. No primeiro, ele afirma o caráter lúmpen do parlamento brasileiro que ficou evidente na espetacularização da votação do impeachment na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016. O segundo aspecto, por ele ressaltado é, justamente, o caráter regressivo do golpe que lhe sensibiliza pela semelhança com a prática dos militares contra os setores progressistas da sociedade, que não esperavam viver, novamente, o período sombrio da ditadura. O terceiro ponto destacado pelo autor é a vivência subjetiva da situação por parte daqueles que viveram as consequências da violência que foi a promulgação do AI-5 que, para essa geração, significou a concretização do golpe militar. (Santos, Laymert G. É Golpe, Blog O Cafezinho, 1º de Maio, 2016).

Para lembrar: o Ato Institucional nº 5 suspendeu a concessão do habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitiu demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos políticos e civis, determinou que os julgamentos de crimes políticos fossem realizados por tribunais militares, sem direito a recurso. A conjuntura na época era de questionamento, inquietação e mobilizações dos setores oposicionistas, entre os quais o movimento estudantil, movimento grevista de trabalhadores, aproximações e articulações de líderes políticos do período pré-64 e o início da luta armada por parte dos grupos revolucionários de esquerda.

As referências aos autores acima, tiveram a intenção de demonstrar a ideia da existência de duas tendências em conflito na sociedade brasileira atual, às quais poderíamos denominar de progressistas e conservadoras, ou desenvolvimentistas e neoliberais, ou igualitárias e inigualitárias, ou esquerda e direita, para caracterizar a divisão e as disputas políticas e ideológicas entre os governos petistas e quem os apoia, neste momento, e os articuladores do golpe jurídico, legislativo e midiático que disputam espaço na sociedade brasileira, atualmente.

Assim como os autores citados, outros tantos e muitos tem admitido essa polarização, mesmo com todas as divergências possíveis quanto às análises e considerações sobre a natureza dos governos petistas, se progressistas ou se semelhantes aos governos neoliberais que os antecederam e, também que os sucederam. Além disso, os artigos citados estabelecem a comparação com o período pré-64, quando os militares com o apoio de muitos civis, impingiram um regime político ditatorial à sociedade brasileira, para interromper um processo de mobilizações populares de cunho progressista por trazerem demandas de igualdade social. Talvez, seja esse o ponto crucial da disputa e o que diferencia os dois grupos e as duas vertentes políticas da população.

Sobre a questão de dois projetos, em artigo recente, Pochmann (2017), analisa a posição do Estado Brasileiro ao longo da história do capitalismo no Brasil e mostra como os governos da Nova República até os anos 2000, empreenderam, através do receituário neoliberal, políticas econômicas que favoreceram a maior internacionalização do parque produtivo nacional, a privatização do setor público e a desindustrialização do país. Com essas políticas, ficou inviabilizada a retomada do crescimento econômico com inclusão social no Brasil. Nesse contexto, segundo o autor, houve um maior agravamento econômico e social, devido à ausência de crescimento da produção, elevando o desemprego e a exclusão social, mesmo com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real. Em contraposição, Pochmann ressalta a experiência dos governos petistas nos anos 2000 que, mesmo sem negar a existência de uma onda globalizante da economia mundial, trilhou um caminho mais independente na formulação de políticas econômicas e sociais, de caráter inclusivo e de crescimento econômico sustentável.

Essa discussão, novamente, é importante no que se refere à disputa entre dois projetos de desenvolvimento econômico e de sociedade, que envolvem a incorporação ou não de direitos de cidadania, entre os quais, a defesa da educação democrática, progressista e igualitária. Não por acaso, nos anos 90, a preocupação com o processo de

exclusão de segmentos da população, especialmente dos jovens, era tema de discussão em sindicatos, universidades e movimentos sociais, etc. Nos governos dos anos 2000, a preocupação com a inclusão de estratos da sociedade, perdedores das políticas neoliberais da década anterior, estava presente no horizonte de políticas públicas que se pautaram pela não dissociação entre crescimento econômico e direitos sociais.

### **Algumas conclusões provisórias**

Nos dois períodos históricos comparados, a interrupção de um processo de conquistas democráticas, de tendências reformistas, protagonizados por governos populares que tem no seu horizonte a diminuição da desigualdade social no país, parece ser um ponto comum desses dois atos, que podemos denominar de golpe. Este se explica pela tentativa de eliminar e exterminar do cenário político um projeto social representativo de muitos segmentos sociais. Essa tentativa está presente, no momento atual, em que a classe dominante, associada à casta jurídica, à grande mídia e poder legislativo, impedem a candidatura do maior líder popular da história do Brasil.

Não é possível afirmar que o PT era portador de um projeto transformador de classe, na medida em que não esteve em sua pauta a luta pelo socialismo. Além disso, os governos do PT pareciam ter forte influência de uma corrente do pensamento econômico que aposta num desenvolvimento capitalista com maior distribuição de riqueza e renda a partir do investimento na produção e menor incentivo ao capital rentista. Este também constitui um aspecto importante de divergências entre frações de classes dominantes, cujos interesses podem estar ameaçados, num possível novo governo Lula.

Sobre as divergências no âmbito das classes dominantes, Armando Boito Jr., considera que houve uma ofensiva restauradora da direita neoliberal que pretende recuperar a hegemonia do grande capital internacional, de setores da burguesia nacional a ele aliados e a classe média alta que tomou as ruas a favor do impeachment. Quanto à responsabilidade do governo petista em relação à crise política atual, o autor atribui ao que ele denomina de recuo do governo neodesenvolvimentista da presidenta Dilma diante da ofensiva da direita, através do programa neoliberal ortodoxo. (Boito, Armando, Jr. *Le Monde Diplomatique*, Brasil. Número 104, março, 2016).

O autor também se pauta pela análise do conflito entre duas grandes vertentes políticas em disputa e que apresentam contradições internas aos blocos a que pertencem. Nesse momento, o inimigo principal a ser combatido pelos setores progressistas, ainda,

segundo o autor, é o golpe de Estado branco, preparado pelo PSDB, com o apoio das instituições estatais responsáveis pela manutenção da ordem: Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário. Porém a política de recuo passivo do governo, demonstrando compartilhar ideias da oposição, teria enfraquecido a resistência à ofensiva golpista da direita e colocado questionamentos sobre o apoio dos movimentos populares ao governo Dilma.

Esse é um ponto crucial para as esquerdas, atualmente, havendo muitas divergências a respeito da natureza do apoio e da própria defesa do governo. Para os setores de esquerda que consideram que o Partido dos Trabalhadores promoveu avanços significativos na diminuição da pobreza, na diminuição da desigualdade social e nas políticas de inclusão social, trata-se, agora, de defender a democracia e o próprio governo da ofensiva conservadora e neoliberal. Para setores de esquerda críticos ao PT, devido às tímidas mudanças por ele empreendidas e, assim, não ter realizado as reformas de base e ter adotado uma política de colaboração de classes e apaziguamento dos conflitos sociais, a questão é outra. Nesse caso, a orientação é de que os movimentos populares devem se posicionar contra as forças poderosas e sinistras do golpe, sem defender, necessariamente, as políticas governistas que, segundo muitos intelectuais de esquerda, elas teriam se rendido ao neoliberalismo.

Nessa linha, o pensamento de Michael Löwy pode ser tomado como exemplo de uma posição de esquerda anticapitalista e marxista heterodoxa, por abordar vários fatores, além dos econômicos, na explicação da crise atual e também por questionar o caminho da revolução, segundo o modelo leninista clássico. Segundo esse intelectual, o atual governo do PT, teria se enveredado por uma política econômica e social neoliberal e fortemente antipopular, caracterizada por imensas concessões aos bancos, ao capital financeiro e aos latifundiários, sendo muito difícil para os socialistas e anticapitalistas tomar a sua defesa.

No entanto, para ele, não é necessária a defesa do governo petista e de sua linha política para que os grupos revolucionários tomem posição contrária às manobras e às tentativas de forjar um “golpe legal” no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Segundo o autor, não haveria contradição para os socialistas em defender a democracia contra as ofensivas reacionárias e profundamente anti-democráticas que caracterizam esse processo de golpe, em curso, contra uma presidenta, eleita

democraticamente. (Löwy, Michael. Entrevista publicada no Blog da Boitempo, 8/4/2016)

No entanto, pode-se caracterizar o neodesenvolvimentismo lulista por políticas sociais de alto impacto, como o programa Bolsa Família que retirou 40 milhões de pessoas da miséria, contribuindo para a redução da pobreza absoluta. Para a redução da desigualdade foi fundamental a elevação do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014, atingindo mais de 20 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social, incidindo sobre a distribuição de renda. Ao mesmo tempo, outras tantas iniciativas de políticas sociais foram implementadas, com destaque para a educação superior e a inclusão de pessoas que, historicamente, não teriam acesso a ele: Programa Universidade Para Todos (ProUni), o projeto Reuni, responsável pela criação de dezoito novas universidades e a melhoria do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (Fies).

Além desses um grande número de outros programas sociais administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), como o programa de Cisternas, que entregou mais de 750 mil desses equipamentos no Nordeste entre 2011 e 2014, diminuindo os efeitos da maior seca enfrentada pela região em 50 anos. Na mesma linha de atender necessidades mínimas da população, temos o programa Minha Casa Minha Vida que contribuiu para que milhões de brasileiros tivessem casa própria, o programa Luz Para Todos, criado em 2003, levou energia elétrica a mais de 3 milhões de famílias do meio rural em todo o país. Cabe lembrar, também, uma série de programas na área cultural e a facilitação para as pessoas de baixa renda e os segmentos sociais que sempre foram alvo de preconceitos e exclusão, as chamadas “minorias” (negros, pardos, indígenas, mulheres, LGBT) através de cotas. E outros mecanismos similares. E também o reconhecimento das empregadas domésticas como trabalhadoras portadoras de direitos trabalhistas e sociais. Portanto, os avanços sociais promovidos pelos governos petistas foram significativos, considerando como a questão social foi tratada, historicamente, no Brasil. Enfim, o projeto petista de reformas com vistas a criar uma sociedade salarial ocorreu em meio às contradições do governo Lula, entre elevar a classe trabalhadora à condição de cidadania sem confrontar as classes dominantes e a acumulação de capital, que, conforme dito pelo próprio ex-presidente, “os banqueiros nunca ganharam tanto” arrefeceu a possibilidade da luta de classes.

Existem muitos aspectos a serem considerados na análise do momento presente, entre eles, a própria crise do capitalismo, desde 2008 e suas estratégias de acumulação, buscando o lucro, através da especulação, dos juros altos, da financeirização, das mudanças no mundo do trabalho que penalizam os direitos dos trabalhadores, dos métodos primitivos, combinando com a alta tecnologia, etc. Está presente, também, a crise de representação da democracia burguesa, a começar da relação entre os poderes do Estado e a ausência de uma real representatividade das instituições que, supostamente, deveriam exercer esse papel.

A onda conservadora que assola vários países do mundo, também, é um ingrediente a ser considerado nesse momento histórico. A crise da própria esquerda que esteve espremida entre a avalanche neoliberal das últimas décadas e as tentativas reformistas, porém, muito aquém do reformismo clássico, capaz de empreender mudanças com vistas à diminuição da desigualdade social, através de reformas estruturais. A ausência de unidade dos partidos e grupos de esquerda e pouco trabalho de base, levou uma parcela da esquerda a atuar no campo das negociações sindicais ou parlamentares. Outra parcela optou pelas discussões acadêmicas, trabalhos em ONGs, etc;

No entanto, vale ressaltar alguns aspectos que podem indicar novos caminhos e possibilidades históricas para a perspectiva revolucionária de transformação das estruturas da sociedade. Uma delas, talvez, a mais importante, é a mobilização dos movimentos sociais que o atual conflito vem despertando. São muitos os atores na cena política, atualmente, desde os movimentos mais tradicionais, como os sindicatos, o MST, o MTST, professores mobilizados, como, também, novos movimentos culturais da periferia e que tem ocupado um espaço político, até os estudantes secundaristas que, embora, não seja algo inédito na história dos movimentos estudantis, mas, há muito tempo, não se via estudantes do ensino fundamental e médio ocuparem as ruas e a própria escola, na defesa dos direitos de todos, da qualidade e da inclusão. Assim, apesar da gravidade do momento, a conjuntura apresenta uma grande riqueza de novas possibilidades de “reinvenção” da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA MONIZ. **O Caminho da Revolução Brasileira**. Editora Melso, Rio de Janeiro, 1963.

\_\_\_\_\_. Entrevista, **Revista Margem Esquerda**. Editora Boitempo, 2013.

BOITO, Armando Jr. A Natureza da Crise Política Brasileira. Artigo publicado no **Le Monde Diplomatique**, número 104, março, 2016.

CARDOSO, Fernando H; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Editora Zahar, São Paulo, 1970

DREYFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a Dependência**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.

KONDER, Leandro. **Revista Margem Esquerda**, nº 3, Editora Boitempo, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. Editora Estampa, Lisboa, 1970.

PERI, Marcos. **Perspectivas da Revolução Brasileira**. Editora Autores Reunidos, 1962.

SANTOS, Wanderley G. **Quem Dará o Golpe no Brasil?** Coleção Cadernos do Povo. Editora Civilização Brasileira, São Paulo, 1962.

\_\_\_\_\_. **Sessenta e Quatro: Anatomia Da Crise**. Editora Vértice, São Paulo, 1986.

SANTOS, Laymert G. **É Golpe**. Blog O Cafezinho, 1º de Maio, 2016.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: \_\_\_\_\_. **O pai de família e outros estudos**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1978, p. 61-92.

SINGER, André. Domingo Viveremos um Episódio Maior de Luta de Classes, **Rede Brasil Atual**, 14/4/2016.

SOUZA, Jessé. Quem deu o Golpe e Contra Quem? **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, 24/4/2016.

STREECK, Wolfgang. O Cidadão como Consumidor, **Revista Piauí**, nº 79, abril, 2013.